

**No. 28029**

---

**BRAZIL  
and  
JAPAN**

**Agreement on cooperation in the field of science and technology. Signed at Tokyo on 25 May 1984**

*Authentic texts: Portuguese, Japanese and English.  
Registered by Brazil on 18 April 1991.*

---

**BRÉSIL  
et  
JAPON**

**Accord de coopération scientifique et technique. Signé à  
Tokyo le 25 mai 1984**

*Textes authentiques : portugais, japonais et anglais.  
Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.*

## [PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL E O GOVERNO DO JAPÃO SOBRE COOPERAÇÃO NO  
CAMPO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA**

O Governo da República Federativa do Brasil  
e  
O Governo do Japão,

Reconhecendo a importância crescente nos últimos anos da cooperação no campo da ciência e da tecnologia entre os dois países,

Acreditando que tal cooperação contribuirá para o progresso econômico e social de seus respectivos países,

Com vistas a fomentar ainda mais a referida cooperação,

Acordam em que:

**ARTIGO I**

Os dois Governos, com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo, promoverão entre si a cooperação no campo da ciência e da tecnologia. Essa cooperação será realizada pelos dois Governos nas áreas da ciência e da tecnologia a serem determinadas de comum acordo.

**ARTIGO II**

Entre as modalidades de cooperação previstas neste Acordo, poderão ser incluídas:

- a) encontros de variadas formas, para o debate e intercâmbio de informações sobre ciência e tecnologia;
- b) envio e recebimento de cientistas e pessoal técnico;

- c) troca de informações sobre ciência e tecnologia;
- d) implementação de projetos e programas, conjuntos ou coordenados, para pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; e
- e) outras formas de cooperação que possam ser mutuamente acordadas.

### ARTIGO III

Os dois Governos estabelecerão uma Comissão Mista Brasileiro-Japonesa de Cooperação em Ciência e Tecnologia (doravante designada "Comissão") para a consecução dos objetivos deste Acordo. Comissão se reunirá alternadamente no Brasil e no Japão, em datas serem acordadas por via diplomática.

### ARTIGO IV

1. A Comissão terá as seguintes funções:

- a) debater as principais questões de política relacionadas à implementação deste Acordo;
- b) examinar o progresso da implementação deste Acordo; e
- c) apresentar propostas aos dois Governos no que diz respeito a medidas específicas que assegurem a realização da cooperação prevista neste Acordo.

2. Os contatos referentes às funções da Comissão, efetuados durante os intervalos das suas sessões, serão realizados por via diplomática.

### ARTIGO V

Ajustes complementares que estabeleçam os detalhes e procedimentos das atividades específicas de cooperação no âmbito deste Acordo poderão ser efetuados entre os dois Governos ou suas agências,

consoante o que for mais apropriado. Esses ajustes complementares serão efetuados de acordo com as práticas administrativas de cada Governo.

#### ARTIGO VI

Cada um dos Governos concederá aos nacionais do outro país os meios necessários para a realização de atividades sob a êgide deste Acordo.

#### ARTIGO VII

Os dispositivos previstos neste Acordo serão implementados em conformidade com as leis e regulamentos vigentes em cada um dos países.

#### ARTIGO VIII

Nada neste Acordo pode ser interpretado com vistas a prejudicar outros ajustes de cooperação entre os dois Governos, existentes na data da assinatura deste Acordo ou concluídos posteriormente.

#### ARTIGO IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento pelo Governo do Japão de nota do Governo da República Federativa do Brasil informando que os requisitos necessários à vigência do Acordo foram satisfeitos. Este Acordo permanecerá em vigor por dois anos e continuará vigente até o seu término, conforme o disposto no parágrafo 2 abaixo.

2. Qualquer dos dois Governos poderá, mediante o envio de comunicação por escrito ao outro Governo, com antecedência de seis meses, denunciar este Acordo, que terminará ao final do período inicial de dois anos ou a qualquer momento posterior.

3. O término do presente Acordo não afetará a consecução de nenhum projeto ou programa em andamento e que não haja sido totalmente implementado à época do final deste Acordo.

Em testemunho do que os signatários, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Tóquio, aos 25 dias do mês de maio de 1984, em dois originais nos idiomas português, japonês e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, o texto inglês prevalecerá.

Pelo Governo  
da República Federativa do Brasil:

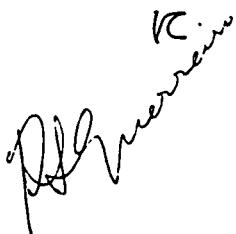
[*Signed — Signé*]  
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo  
do Japão:

[*Signed — Signé*]  
SHINTARO ABE

---

プラジル連邦共和国政府のために



日本国政府のために



佐藤  
善太郎

3

の際又はその後いつでもこの協定を終了させることができる。  
この協定の終了は、この協定に基づいて行われ、かつ、この協定の終了の時までに実施を完了していかないかなる計画の実施にも影響を及ぼすものではない。

以上の証拠としては、下名は、各自の政府から正当に委任を受けてこの協定に署名した。

千九百八十四年五月二十五日に東京で、ひとしく正文であるポルトガル語、日本語及び英語により本書二通を作成した。解釈に相違がある場合には、英語の本文による。

この協定のいかなる規定も、両政府間の協力に関する他の取極でこの協定の署名の日に存在するもの又はその後締結されるものに影響を及ぼすものと解してはならない。

## 第九条

- 1 この協定は、日本国政府がブラジル連邦共和国政府からこの協定の効力発生のために必要な手続を終了した旨の通告を受領した日に効力を生ずる。この協定は、二年間効力を有するものとし、その後は、2の規定に定めるところによつて終了するまで効力を存続する。
- 2 いづれの一方の政府も、六箇月前に他方の政府に對して文書による予告を与えることにより、最初の二年の期間の満了

## 第六条

各政府は、他方の国の国民に対し、この協定に基づく活動の遂行に必要な便宜を与える。

## 第七条

この協定は、それぞれの国において施行されてくる法令に従つて実施される。

## 第八条

2

(c) (b) (a)

この協定の実施に関する主要な政策事項を討議すること。  
この協定の実施の進展状況を検討すること。

この協定に基づく協力の増進を確保するための特定の措置に  
關し両政府に提案すること。

委員会の会合が開催されていない期間中の委員会の任務に  
關する連絡は、外交上の経路により行われる。

## 第五条

この協定に基づく特定の協力活動の細目及び手続を定める実施取極は、両政府又は両政府の機関のいずれか適当なものを当事者として行うことができる。これらの実施取極は、それぞれの政府の行政上の慣行に従つて行われる。

## 画の実施

(e) 相互に合意されるその他の形態の協力

### 第三条

両政府は、この協定の目的を達成するため、ブラジルと日本  
の科学技術協力に関する合同委員会（以下「委員会」という。）  
を設置する。委員会は、外交上の経路により決定される日にブ  
ラジル及び日本国において交互に会合する。

### 第四条

1 委員会は、次の任務を有する。

両政府は、平等及び相互利益の原則の下に、両政府間の科学技術の分野における協力を促進する。そのような協力は、相互に合意される科学技術の分野において両政府の間で行われる。

## 第二条

この協定に基づづく協力活動の形態には、次のものを含めることができる。

- (a) 科学技術に関する討議及び情報の交換を行うための各種の形態の会合
- (b) 科学家及び技術者の派遣及び受入れ
- (c) 科学技術に関する情報の交換
- (d) 科学的研究及び技術的開発のための合同計画又は協調計

## [JAPANESE TEXT — TEXTE JAPONAIS]

科学技術の分野における協力に関するブラジル連邦共和国政府と日本国政府との間の協定

ブラジル連邦共和国政府及び日本国政府は、近年科学技術の分野における両国間の協力の重要性が増大していることを認め、

そのような協力がそれぞれの国の経済及び社会発展に貢献することを信じ、

そのような協力を一層促進することを目的として、次のとおり協定した。

## 第一条

AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF JAPAN ON CO-OPERATION IN THE FIELD OF SCIENCE AND TECHNOLOGY

---

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of Japan,

Recognizing the increasing importance in recent years of co-operation in the field of science and technology between the two countries,

Believing that such co-operation will contribute to the economic and social progress of their respective countries,

Aiming at further promoting such co-operation,

Have agreed as follows:

ARTICLE I

The two Governments shall, on the principle of equality and mutual benefit, promote co-operation in the field of science and technology between them. Such co-operation will be undertaken between the two Governments in such areas of science and technology as may be mutually agreed.

ARTICLE II

Forms of the co-operative activities under this Agreement may include:

- a) Meetings of various forms to discuss and exchange information on science and technology;

---

<sup>1</sup> Came into force on 20 June 1985, the date on which the Government of Japan received written notice indicating that the Government of Brazil had completed the necessary formalities, in accordance with article IX (1).

- b) Dispatch and reception of scientists and technical personnel;
- c) Exchange of information on science and technology;
- d) Implementation of joint or co-ordinated projects and programmes for scientific research and technological development; and
- e) Other forms of co-operation as may be mutually agreed.

### ARTICLE III

The two Governments shall establish a Joint Committee on Brazilian-Japanese Co-operation in Science and Technology (hereinafter referred to as "the Committee") for the achievement of the aim of this Agreement. The Committee shall meet alternately in Brazil and in Japan on dates to be determined through diplomatic channels.

### ARTICLE IV

1. The Committee shall have the following functions:

- a) To discuss major policy issues relating to the implementation of this Agreement;
- b) To review the progress of the implementation of this Agreement; and
- c) To propose to the two Governments as regards specific measures to ensure the enhancement of co-operation under this Agreement.

2. Contacts concerning the functions of the Committee when it is not in session shall be conducted through diplomatic channels.

### ARTICLE V

Implementing arrangements setting forth the details and procedures of the specific co-operative activities under this Agreement may be made between the two Governments or their agencies.

whichever is appropriate. These implementing arrangements shall be made in accordance with the administrative practices of each Government.

#### ARTICLE VI

The respective Governments shall accord to the nationals of the other country facilities necessary for the carrying out of the activities under this Agreement.

#### ARTICLE VII

The provisions of this Agreement shall be implemented in accordance with the laws and regulations in force in each country.

#### ARTICLE VIII

Nothing in this Agreement shall be construed to prejudice other arrangements for co-operation between the two Governments, existing at the date of signature of this Agreement or concluded thereafter.

#### ARTICLE IX

1. This Agreement shall enter into force on the date of receipt by the Government of Japan of a note from the Government of the Federative Republic of Brazil stating that necessary formalities for the entry into force of the Agreement have been completed. This Agreement shall remain in force for two years, and shall continue in force thereafter until terminated in accordance with the provisions of paragraph 2 below.

2. Either Government may, by giving a written notice of six months to the other Government, terminate this Agreement at the end of the initial period of two years or at any time thereafter.

3. The termination of this Agreement shall not affect the carrying out of any project or programme undertaken under this Agreement

and not fully implemented at the time of the termination of this Agreement.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE in duplicate at Tokyo on the 25<sup>th</sup> of May, 1984 in the Portuguese, Japanese and English languages, each text being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]  
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government  
of Japan:

[Signed]  
SHINTARO ABE

---

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

**ACCORD<sup>1</sup> DE COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE EN-  
TRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRA-  
TIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DU JAPON**

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement du Japon,

Reconnaissant l'importance de plus en plus grande que prend depuis quelques années la coopération en matière de science et de technologie entre les deux pays,

Reconnaissant que cette coopération contribuera au progrès économique et social de leurs pays respectifs,

Dans le dessein de renforcer encore cette coopération,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

S'inspirant des principes de l'égalité et de l'avantage mutuel, les deux gouvernements s'emploieront à développer leur coopération scientifique et technique. Cette coopération sera assurée par les deux gouvernements dans des domaines de la science et des technologies qui seront déterminés d'un commun accord.

*Article II*

Les modalités de la coopération prévue dans le présent Accord pourront comprendre notamment :

- a) Des rencontres diverses, en vue de débattre et d'échanger des informations sur les sciences et les technologies;
- b) L'envoi et l'accueil de scientifiques et de techniciens;
- c) L'échange d'informations sur les sciences et les technologies;
- d) La réalisation de projets et de programmes communs ou coordonnés de recherche scientifique et de développement technologique;
- e) Et les autres formes de coopération qui pourront être concertées entre les deux gouvernements.

*Article III*

Les deux gouvernements créeront une Commission mixte brasil-japonaise de la coopération scientifique et technologique (ci-après dénommée « la Commission ») en vue d'atteindre les objectifs du présent Accord. La Commission se réunira alternativement au Brésil et au Japon à des dates convenues par la voie diplomatique.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 20 juin 1985, date à laquelle le Gouvernement japonais a reçu une notification écrite que le Gouvernement brésilien avait accompli les formalités nécessaires, conformément au paragraphe 1 de l'article IX.

#### *Article IV*

1. La Commission aura les fonctions suivantes :
  - a) Débattre des principales questions de politique liées à la mise en œuvre du présent Accord;
  - b) Etudier l'application progressive du présent Accord;
  - c) Faire aux deux gouvernements des propositions au sujet des mesures précises à prendre pour assurer la concrétisation de la coopération prévue dans le présent Accord.
2. Les contacts touchant aux fonctions de la Commission dans les intervalles entre ses sessions seront assurés par la voie diplomatique.

#### *Article V*

Des protocoles complémentaires fixant le détail et le déroulement des activités particulières de coopération dans le cadre du présent Accord pourront être conclus entre les deux gouvernements ou les organismes qui les représentent, selon qu'il conviendra. Ces protocoles complémentaires seront mis en œuvre conformément aux pratiques administratives de chaque gouvernement.

#### *Article VI*

Chaque gouvernement accordera aux ressortissants de l'autre pays les moyens nécessaires pour l'exécution des activités régies par le présent Accord.

#### *Article VII*

Les dispositions prévues dans le présent Accord seront mises en œuvre conformément aux lois et règlements en vigueur dans chacun des deux pays.

#### *Article VIII*

Aucune disposition du présent Accord ne pourra être interprétée d'une façon qui contredise les autres conventions de coopération entre les deux gouvernements, existant à la date de la signature du présent Accord ou conclues par la suite.

#### *Article IX*

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle le Gouvernement du Japon recevra la note du Gouvernement de la République fédérative du Brésil l'informant que les formalités nécessaires à l'entrée en vigueur de l'Accord ont été accomplies. L'Accord demeurera en vigueur durant deux ans et restera en vigueur jusqu'à son expiration conformément aux dispositions du paragraphe 2 ci-dessous.
2. Chacun des deux gouvernements pourra, moyennant envoi d'une communication écrite à l'autre gouvernement, dénoncer avec préavis de six mois le présent Accord qui prendra alors fin à l'expiration de la période initiale de deux ans ou à n'importe quel moment par la suite.
3. L'expiration du présent Accord ne compromettra l'exécution d'aucun projet ou programme en cours qui n'aurait pas été totalement exécuté à la date de cette expiration.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment habilités par leurs gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

FAIT à Tokyo le 25 mai 1984, en deux exemplaires originaux en langues portugaise, japonaise et anglaise, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative du Brésil :

[*Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement  
du Japon :

[*Signé*]

SHINTARO ABE